

LINGUAGEM E OS LIMITES DA FILOSOFIA: UMA LEITURA DE WITTGENSTEIN

Aluno: Maria Priscilla Coelho
Orientador: Luiz Carlos Pereira

É tão difícil encontrar o *começo*. Ou melhor, é difícil começar no começo. E não tentar recuar mais ¹.

Ludwig Wittgenstein

O trabalho na filosofia é (...) //um// trabalho sobre nós mesmos. Sobre a nossa própria concepção. Sobre o modo como vemos as coisas. (E o que delas exigimos) ².

Ludwig Wittgenstein

O que torna o objeto dificilmente compreensível (...) é antes o contraste entre a compreensão do objeto e aquilo que a maior parte das pessoas *quer* ver. (...) O que há de ultrapassar não é uma dificuldade do entendimento, mas da vontade ³.

Liev Tolstói

A obra de Wittgenstein é considerada de extrema importância para a filosofia, sobretudo, por ter influenciado de forma decisiva as principais vertentes contemporâneas da filosofia analítica da linguagem. Apesar de reconhecer continuidades e descontinuidades em seu pensamento, Wittgenstein declara considerar importante tanto seus pensamentos antigos como os novos, uma vez que acredita que seus novos pensamentos só “poderiam ser verdadeiramente compreendidos por sua oposição ao [seu] (...) velho modo de pensar, tendo-o como pano de fundo” ⁴. Diante disso, optou-se por expor, inicialmente, as principais idéias que constituem seus antigos e novos pensamentos. Para isso, tratou-se, sobretudo, de noções como sentido, sem-sentido e absurdo. Tais referências não se restringem, contudo, à primeira parte da exposição, retornando, ao longo do texto, quando foi considerado preciso.

Tendo sido esclarecidos, então, os pontos necessários para situar a discussão que se pretendia adentrar, o presente trabalho pode ingressar de maneira mais confortável em sua questão. Ele se dedica a discutir algumas distinções conceituais em Wittgenstein, no que concerne ao âmbito da linguagem. Foi dada ênfase, nesse contexto, à sua obra *Über*

¹ WITTGENSTEIN, L. **Da certeza**. Trad. Maria Elisa Costa. Lisboa: Edições 70, 1969. § 471.

² WITTGENSTEIN, L. Filosofia. Trad. António Zilhão. In: **Manuscrito**. Vol. XVIII. Nº 2. São Paulo: Unicamp, 1995. p. 6.

³ TOLSTÓI, L. *Apud*. WITTGENSTEIN, L. Filosofia. Trad. António Zilhão. In: **Manuscrito**. Vol. XVIII. Nº 2. São Paulo: Unicamp, 1995. p. 5.

⁴ WITTGENSTEIN, L. **Investigações Filosóficas**. Trad. José Carlos Bruni. 3ª ed. São Paulo: Abril Cultural, 1984. p. 8.

Gewissheit (Sobre a certeza). Nela Wittgenstein apresenta o que parece ser uma nova concepção de absurdo com a introdução da idéia de absurdo situacional. No § 10 desta obra, a noção de ‘oportunidade adequada’ (*‘passende Gelegenheit’*, *‘suitable occasion’*) é indício de sua proposta de que somente no uso uma proposição adquire seu sentido. Nessa passagem, afirma ainda que as proposições da aritmética, por exemplo, parecem ser mais fortes, uma vez que são impessoais e não admitem a temporalidade, ou seja, são atemporais. São, no entanto, proposições *da aritmética*, o que já parece sugerir um contexto, de modo que, em outra língua, elas podem não fazer sentido. Apesar disso, no § 21 ainda da mesma obra ⁵, Wittgenstein parece sugerir a noção de ‘absurdo formal’, a qual remeteria novamente ao que é dito no *Tractatus Logico-Philosophicus*. Diante disso, esta pesquisa tentou pensar em que medida se pode entender o que é dito no § 21 sem retornar às concepções da primeira fase wittgensteiniana.

Uma vez tratada essa questão, foram pensadas também as implicações da discussão para a dúvida cética. As relações entre as colocações de Wittgenstein e a tarefa da filosofia são, então, abordadas mais explicitamente. Embora haja certa continuidade no que diz respeito à tarefa da filosofia no pensamento de Wittgenstein, as discontinuidades trazem diferenças importantes para a leitura da mesma. Tentou-se, desse modo, não deixar, tanto quanto foi possível, que as distinções mais centrais passassem despercebidas.

O projeto wittgensteiniano

Já no *Tractatus Logico-Philosophicus*, ou seja, na fase inicial de sua obra, Wittgenstein acredita ter resolvido, “no essencial”, todos os problemas filosóficos. Afirma, além disso, que o valor de sua obra consiste também em “mostrar como importa pouco resolver esses problemas” ⁶. Trata-se, desse modo, de esclarecer a má formulação de tais problemas, decorrente, para ele, de uma má compreensão da estrutura essencial da linguagem. É, assim, um estudo sobre o alcance representativo da linguagem, sobre o limite para a expressão dos pensamentos.

O conceito tradicional de filosofia “como espécie particular de conhecimento representativo” e sua pretensão “de partilhar com as ciências empíricas o território do saber teórico” ⁷ serão alvo de crítica em Wittgenstein. Apesar de isso aproximá-lo de certas feições da tradição crítica moderna, o modo como opta por responder a essas questões o afastará da mesma, alinhando-o à tradição lógica. Isso ocorre uma vez que esta tem como tema central a estrutura essencial do discurso sobre o ser. Além disso, Aristóteles, em *De Interpretatione*, afirma que “nem toda frase é declarativa, mas apenas aquela em que ocorre pretender dizer o verdadeiro e o falso” ⁸. Com isso, delimita o domínio do *logos apophantikos*, ao qual o estudo caberá à lógica. As outras frases com sentido, como a prece, cabem, segundo Aristóteles, à retórica ou à poética. Wittgenstein, nesse contexto, estará interessado, sobretudo, nas proposições que erguem uma pretensão de verdade, uma vez que quer investigar a legitimidade das pretensões filosóficas. É, portanto, “a incorporação do estilo lógico de reflexão à tradição crítica [que] – completa a definição do projeto lógico do *Tractatus*” ⁹.

Wittgenstein defende, então, nessa fase inicial, que existe uma forma comum entre a estrutura lógica da proposição e a estrutura ontológica do real. A forma lógica de um objeto é,

⁵ ERRATA: No resumo do trabalho consta o número do parágrafo errado (§ 58). O certo é § 21.

⁶ WITTGENSTEIN, L. *Tractatus Logico-Philosophicus*. Trad. Luiz Henrique Lopes dos Santos. 3ª Ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008. p. 133.

⁷ SANTOS, L. A essência da proposição e a essência do mundo. In: WITTGENSTEIN, L. *Tractatus Logico-Philosophicus*. Trad. Luiz Henrique Lopes dos Santos. 3ª Ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008. p. 15.

⁸ ARISTÓTELES. *De Interpretatione*. In: AGIONI, L. (seleção, tradução e comentários) *Ontologia e predicação em Aristóteles*. Campinas: Unicamp, 2000. cap. 4. 16b 33.

⁹ SANTOS, L. *Ibid.* p. 16.

nesse sentido, a sua “possibilidade de participar de certas combinações com outros objetos”¹⁰. Apreender, então, a forma lógica e o significado dos nomes de uma proposição é apreender a possível combinação de objetos que ela afigura, uma vez que “a proposição é uma figuração da realidade: pois sei qual é a situação por ela representada, se entendo a proposição”¹¹. Dito de outro modo: “entender uma proposição significa saber o que é o caso se ela for verdadeira”¹².

Para Wittgenstein, o que confere sentido a um enunciado é a possibilidade de se afirmar o que se nega e de se negar o que se afirma. Nesse sentido, “caracterizar uma proposição como bipolar é entender que a essência da representação proposicional reside nessa escolha” entre um dos dois pólos de uma alternativa exclusiva, a saber: afirmar ou negar algo com respeito ao plano das coisas. Se o que afirmo ou nego corresponder à realidade, o que digo é verdadeiro. Se não corresponder, é falso. Nas palavras de Wittgenstein: “o sentido da proposição é a sua concordância e discordância com as possibilidades de existência e inexistência dos estados de coisas”¹³. Nesse contexto, as tautologias são necessariamente verdadeiras e as contradições necessariamente falsas, mas ambas não têm sentido, pois não dizem algo sobre o real. Isso ocorre na medida em que não excluem uma possibilidade genuína, ou seja, são incapazes de expressar aquilo que pretendem excluir. Não são, dessa forma, bipolares.

É possível perceber, com essas afirmações, que é preciso optar entre a necessidade e o sentido, pois ambos são incompatíveis simultaneamente. Os limites do discurso significativo não podem, desse modo, ser “ditos em proposições filosóficas; *mostram-se*, em vez disso, na forma lógica das proposições não-filosóficas”¹⁴. A proposição exhibe sua forma lógica, mostra seu sentido, e o que se exprime “na linguagem, nós não podemos exprimir por meio dela”¹⁵. Assim, segundo Wittgenstein, “há uma essência do mundo que, embora indizível, *mostra-se* como condição e limite do que pode ser dito”¹⁶.

Nesse contexto, as sentenças da metafísica são absurdas, porque, baseando-se em uma má compreensão da sintaxe lógica, tentam dizer o que só pode ser mostrado. Produzindo, assim, muitas vezes, absurdos latentes. Já as proposições do *Tractatus*, por exemplo, apesar de também tentarem dizer o que não pode ser dito, são vistas como pseudo-proposições, pois se baseiam em uma compreensão correta da sintaxe lógica. São, portanto, entendidas como absurdos elucidativos.

Em uma fase mais madura, Wittgenstein abrirá mão dessa idéia de que existe uma estrutura essencial da linguagem. Para ele, “o conceito geral da significação das palavras envolve o funcionamento da linguagem como uma bruma que torna impossível a visão clara”¹⁷. Desse modo, analisar a linguagem é esclarecer a névoa criada pelo conceito de generalização que os teóricos impuseram a ela. É esclarecer, elucidar os casos particulares, tornando explícitos os mecanismos implícitos da linguagem. Afirmará, nesse contexto, que o significado de uma palavra é a sua utilização em um determinado contexto com um objetivo específico. Defenderá, nesse sentido, que uma análise pragmática da linguagem é a que realmente importa. A sintaxe e a semântica só existem, assim, enquanto construções teóricas dos filósofos e cientistas. Devendo, por isso, a linguagem ser analisada a partir de seu uso concreto, valorizando a experiência humana.

¹⁰ GLOCK, H-J. **Dicionário Wittgenstein**. Tradução Helena Martins. Revisão técnica: Luiz Carlos Pereira. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998. p. 41.

¹¹ WITTGENSTEIN, L. *Tractatus Logico-Philosophicus*. prop. 4.021.

¹² WITTGENSTEIN, L. *Ibid.* prop. 4.024.

¹³ WITTGENSTEIN, L. *Ibid.* prop. 4.2.

¹⁴ GLOCK, H-J. *Id.* 1998. p. 40.

¹⁵ WITTGENSTEIN, L. *Tractatus Logico-Philosophicus*. prop. 4.121.

¹⁶ FAUSTINO, S. *Ibid.* p. 83.

¹⁷ WITTGENSTEIN, L. **Philosophical Investigations**. Trad. G. E. M. Anscombe. Oxford: Blackwell, 2001. § 4.

Um aspecto também importante da pragmática é o conceito de ação que dá origem a uma noção importante, elaborada por Wittgenstein, que é a de jogos de linguagem. Estes se caracterizam por uma interação de atividades, o que envolverá, portanto, mais do que uma análise da expressão lingüística. Jogar, além disso, pressupõe agir conforme certas regras. Cada um dos jogos lingüísticos é, assim, regido por regras próprias. Percebe-se, então, que, em contraposição à afirmação de uma estrutura básica da linguagem, não há mais, nessa fase mais madura de Wittgenstein, uma forma básica da linguagem, mas uma pluralidade não fixa. Desse modo, “novos jogos surgem, outros desaparecem, a linguagem é algo de vivo, dinâmico, que só pode ser entendido a partir das formas de vida, das atividades de que é parte integrante”¹⁸.

Outro ponto a ser considerado é que os jogos de linguagem possuem regras que definem apenas o que não é permitido neles. É a partir delas que se pode validar os lances. Essa característica de delimitar os lances que não valem permite que haja mudanças nas regras, tanto no sentido de regras que deixam de valer, como de regras que passam a ser incorporadas. Estas regras podem ser quase totalmente explícitas ou quase totalmente implícitas. Na primeira hipótese, isso se dá nos casos de jogos fortemente institucionalizados, e, na segunda, nas práticas habituais, nos costumes. Além disso, cabe ressaltar que é impossível que uma pessoa abandone todos os jogos do qual participe, apesar de poder abandonar determinado jogo em algum momento.

Wittgenstein se refere ainda a uma vagueza presente na linguagem devido ao sentido das palavras ser determinado pelos seus usos. Essa imprecisão pode dar origem a mal-entendidos. Se não há essência nos jogos de linguagem e, portanto, da própria linguagem, o que é comum a todos esses jogos que permitiria relacioná-los? Wittgenstein irá apontar a existência de semelhanças de família para solucionar essa questão. Apesar de não haver uma essência dos jogos de linguagem, haverá esse parentesco que permitirá sua análise. Ele diz:

Vemos uma rede complicada de semelhanças, que se envolvem e se cruzam mutuamente. Semelhanças de conjunto e de pormenor. Não posso caracterizar melhor essas semelhanças do que com a expressão semelhanças de família; pois assim se envolvem e se cruzam as diferentes semelhanças que existem entre os membros de uma família

¹⁹

Ao observar, então, os membros de uma família, não se verá “algo em comum a todos”, mas se verá “semelhanças”, que é o que os agrega em um mesmo grupo. “E por causa desse parentesco ou desses parentescos, chamamo-los todos de ‘linguagens’ ”²⁰. As regras constitutivas da linguagem ou a investigação das mesmas serão designadas por Wittgenstein pelo termo gramática. Ao contrário da sintaxe lógica (de seu período inicial), a gramática não é universal. Diferentes linguagens possuem diferentes gramáticas. Cabe notar, contudo, que a “gramática de uma palavra específica como ‘compreensão’ é universal, na medida em que outras línguas possuem palavras equivalentes”²¹. Pode-se dizer, portanto, que ao afirmar, em uma fase mais madura, a inexistência de uma estrutura essencial da linguagem, Wittgenstein se afasta consideravelmente de sua fase inicial. Diante desse e outros esclarecimentos, torna-se mais acessível o encadeamento das colocações de Wittgenstein em *Sobre a certeza*.

Proposições fulcrais: um pano de fundo de certezas

¹⁸ MARCONDES, D. *Iniciação à História da filosofia: dos pré-socráticos à Wittgenstein*. 8ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004. p. 271.

¹⁹ WITTGENSTEIN, L. *Philosophical Investigations*. § 66-67.

²⁰ *Id.* § 65.

²¹ GLOCK, H-J. *Id.* 1998. p. 193.

Wittgenstein inicia o texto de *Sobre a certeza* fazendo referência à questão da possibilidade de provar a existência de coisas fora de nós ou da certeza de verdades empíricas. Dialoga, sobretudo, com Moore e sua prova do mundo externo²². Cabe colocar, contudo, que apesar de tratar de diversas proposições trabalhadas por Moore, algo diferente interessava a Wittgenstein nelas. Segundo Rhees, Wittgenstein “pensava que elas desempenhavam um curioso papel em nosso falar e pensar”²³. Nesse sentido, para Rhees, seria um erro dizer que o trabalho de Wittgenstein “é dedicado a polêmica contra os escritos de Moore”²⁴. De todo modo, apesar de poder não ser esse o propósito, o conhecimento de algumas das afirmações de Moore parece ser elucidativo. Exporei, então, brevemente alguns pontos principais da argumentação de Moore para que as colocações de Wittgenstein fiquem, posteriormente, mais claras.

No capítulo VII de *Escritos Filosóficos*, Moore estabelece, primeiramente, o que considera ser uma prova rigorosa. Para que uma prova realmente o seja, três condições devem, para ele, ser satisfeitas: (1) a premissa deve ser diferente da conclusão (para evitar uma petição de princípio); (2) a premissa deve ser algo que se sabe ser o caso e que não tenha um estatuto de crença; e (3) a conclusão deve seguir-se logicamente da premissa. Propõe-se, então, a provar a existência de suas mãos. Em suas palavras:

Como? Segurando minhas duas mãos e dizendo, à medida que faço um certo gesto com a mão direita, ‘aqui está uma mão’, e acrescentando, à medida que faço um certo gesto com a esquerda, ‘aqui está a outra’. E se, fazendo isso provei *ipso facto* a existência de coisas exteriores, todos nós veremos que posso também fazê-lo de várias outras maneiras: não existe nenhuma necessidade de multiplicar os exemplos²⁵.

Constata, então, que sua prova realmente é plausível, já que está de acordo com as condições que determinou. Em relação à primeira, sua conclusão (existem duas mãos humanas nesse momento) é diferente da premissa, a qual é mais específica, “alguma coisa que expressei mostrando-lhes minhas mãos, fazendo certos gestos, e dizendo as palavras ‘aqui está uma mão, e aqui está outra’ ”²⁶. Outro ponto que evidencia a diferença entre ambas é o fato de que se poderia afirmar uma conclusão verdadeira, sem que sua premissa também o fosse, mas o inverso não é válido e, assim, ao afirmar a premissa o autor estaria “afirmando muito mais do que estava afirmando ao afirmar a conclusão”²⁷, ou seja, a última estaria, de alguma forma, implícita na primeira, o que implica não haver um acréscimo epistêmico da premissa para a conclusão.

No que diz respeito à segunda condição, Moore coloca que esta também foi satisfeita na medida em que realmente sabe o que afirma. Para corroborar tão proferimento, questiona o interlocutor, transferindo, assim, o ônus da argumentação. Diz que seria absurdo não aceitar que se sabe realmente e apenas se crê no que está sendo afirmado. Pressupõe, assim, a não razoabilidade da dúvida, uma vez que fazê-lo seria absurdo.

²² O ensaio de Moore ‘Uma defesa do senso comum’ (In: **Escritos Filosóficos**. cap. II.) e os relatos de Norman Malcolm sobre a discussão filosófica com Moore também influenciaram Wittgenstein. Foi dada ênfase, neste trabalho, ao texto ‘Prova de um mundo externo’, devido a sua maior relação com os pontos aqui abordados.

²³ RHEES, R. **Wittgenstein’s On Certainty: there – like our life**. Edited by D. Z. Phillips. 7xford: Blackwell Publishing, 2005. p. 3.

²⁴ RHEES, R. **Wittgenstein’s On Certainty: there – like our life**. p. 3.

²⁵ MOORE, G. **Moore**. Trad. Luiz João Baraúna e Pablo Rubén Mariconda. Coleção Os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1980. p.130.

²⁶ *Id.*

²⁷ *Id.*

A terceira condição, por sua vez, de que a conclusão seguiu-se da premissa, também é evidentemente certa para Moore. Ele diz: “Isto é tão certo como o é que, se há uma mão aqui e outra aqui *agora*, então se segue que há duas mãos em existência *agora*”²⁸. Acrescenta ainda que tal tipo de prova é utilizado constantemente e tomado como válido. Sua prova, assim, é digna, para ele, da mesma validade. Dá como exemplo para legitimar suas exposições o caso de haver três erros de impressão em uma página. Para certificar-se deles deve-se ir à página e conferir se realmente estão lá. Estando eles lá, estando-se certo disso e os apontando, dizendo que estão lá, pode-se prová-los. Afirma, então, que se pode provar os erros a partir da possibilidade de se certificar e estar certo de que eles estão lá. Se algo como isso pode ser certo, então também é certo, para Moore, o que afirmou em sua prova.

Outro aspecto que Moore apresenta é a possível insatisfação de outros filósofos no que diz respeito a sua prova. Para o primeiro, os últimos poderiam objetar que não aceitam as premissas que foram provadas. E, nesse sentido, Moore responde que não provou, não tentou, e talvez nem pudesse provar. Afinal, como foi visto anteriormente, Moore não admite a razoabilidade dessa dúvida. Além disso, para Moore

Obviamente o que eles realmente requerem não é apenas uma prova destas duas proposições [premissas], mas alguma coisa parecida a um enunciado geral de como se pode provar *quaisquer* proposições deste tipo. Isto, obviamente, não foi apresentado; e não acredito que se possa apresentar: se é isto que se significa por prova da existência das coisas exteriores, não acredito que é possível qualquer prova da existência de coisas exteriores²⁹.

Pode-se dizer, nesse sentido, que Moore não satisfaz sua premissa, ou seja, estabelece meramente um argumento condicional (se as premissas são verdadeiras, então a conclusão é verdadeira), e não a conclusão, a qual seria, na verdade, seu objetivo. É justamente com esse ponto que Wittgenstein inicia o *Sobre a certeza*. Ele diz: “Quando alguém diz que uma certa proposição não pode ser provada, evidentemente que não quer dizer que não pode ser derivada de outras proposições; qualquer proposição pode ser derivada de outras. Mas estas podem não ser mais certas do que a já mencionada”³⁰. E ainda: “Pelo facto (*sic*) de me *parecer* a mim - ou a toda a gente - que uma coisa é assim, não se segue que ela o *seja*”. Wittgenstein coloca, então, dois pontos importantes: que uma proposição não poder ser provada, não significa que a mesma não possa ser derivada de outras; e que de que algo que pareça ser o caso, não se segue que seja realmente o caso. Ficam, assim, desqualificadas as bases da argumentação de Moore.

Tendo em vista que “a possibilidade de conhecer algo acerca de objetos físicos não pode ser provada pelos protestos daqueles que crêem que possuem esse conhecimento”³¹, Wittgenstein vai investigar o papel da expressão ‘eu sei’ em nosso discurso. Segundo Wittgenstein, a expressão ‘Eu sei’ “parece descrever um estado de coisas que garante como um facto aquilo que é conhecido”³², significando freqüentemente que “tenho razões fundamentadas para a minha afirmação”³³. Coloca, nesse sentido, que “a diferença entre o conceito de <<saber>> e o de <<estar certo>> não é de grande importância, excepto (*sic*) quando <<Eu sei>> pretende significar: Não *posso* estar errado”³⁴. Ele diz que “as pessoas

²⁸ *Id.*

²⁹ *Id.* p. 132.

³⁰ WITTGENSTEIN, L. *Da certeza*. § 1.

³¹ WITTGENSTEIN, L. *Da certeza*. § 488.

³² WITTGENSTEIN, L. *Da certeza*. § 12.

³³ WITTGENSTEIN, L. *Da certeza*. § 18.

³⁴ WITTGENSTEIN, L. *Da certeza*. § 8.

esquecem-se sempre da expressão <<Eu pensava que sabia>>”³⁵. Essa possibilidade de poder descobrir que estava errado é importante para esclarecer algumas relações entre certeza e conhecimento.

É preciso dizer, nesse contexto, que o sentido de ‘conhecimento’ (*knowledge*)³⁶ com que Platão estava trabalhando na *República*, como afirma Stroll, “é ainda considerado o correto ou o sentido comum desse termo, ou, pelo menos, se aproxima muito dele”³⁷. Segundo Platão, é dito que uma pessoa A ‘sabe que p’, “se e somente se (i) p é verdadeiro, (ii) é impossível que A esteja errado, e (iii) A tem o ‘tipo certo’ de razões para sustentar que p”³⁸. Desse modo, se A disser que sabe ‘que p’ e se descobrir-se que A estava errado, então A não sabia e terá que admiti-lo. Não devemos, portanto, dizer que sabemos a menos que se tenha examinado o fato e saibamos, nos termos de Rhees, “como resultado”³⁹.

Moore, por outro lado, utiliza ‘Eu sei’ no sentido de ‘Eu acredito’. Isso quer dizer que, para ele, “se eu sei, eu devo saber que eu sei”⁴⁰. Isso porque, de modo similar, se eu disser que acredito em algo, posso até estar errado sobre o que acredito, mas, a menos que estivesse mentindo, realmente acreditei quando o afirmei. Wittgenstein, contudo, defende que dizer que < Eu sei que ‘eu sei que p’ > não acrescenta nada à minha pretensão de não estar errado. Isso ocorre justamente porque, para ele, quando se diz ‘eu sei que’, no sentido de que não posso estar errado, o ‘eu’ se compromete a demonstrar o que diz eliminando o erro. Nesse sentido, em um contexto jurídico, uma testemunha não deveria dizer isso, uma vez que seria obrigada a mostrar evidências do que afirma, quando ela mesma é a evidência.

Fica mais clara, assim, a idéia, vista anteriormente, de que Moore, para Wittgenstein, não satisfaz sua premissa. Permanece, então, a questão de se seria possível, de fato, certificar-se de que “uma coisa é assim”. Wittgenstein dirá que “o que podemos perguntar é se faz sentido duvidar dela”. A questão do sentido retorna, então, com o problema da certeza. No § 10 de *Sobre a Certeza*, Wittgenstein diz:

Sei que um homem doente está aqui deitado? Absurdo! Estou sentado ao lado da sua cama, olho atentamente para o seu rosto. Então não sei, assim, que um doente está aqui deitado? Nem a pergunta nem a afirmação fazem sentido. Não o fazem mais do que a afirmação <<Estou aqui>>, que poderia, contudo, fazer em qualquer momento em que se apresentasse uma *oportunidade adequada* [grifo meu]. Então << 2 x 2 = 4 >> será igualmente um absurdo e não uma proposição da aritmética, excepto em ocasiões especiais? << 2 x 2 = 4 >> é uma proposição verdadeira da aritmética – não em <<ocasiões especiais>> nem <<sempre>> - mas a frase dita ou escrita << 2 x 2 = 4 >> em chinês poderia ter um significado diferente ou ser um disparate e daí se vê que é apenas na sua utilização que a proposição faz sentido. <<Sei que um doente está aqui deitado>>, usada numa situação *inadequada*, não parece disparate mas antes natural, já que é fácil imaginar uma situação que se lhe aplica e pensa-se que as palavras <<sei que ...>> se usam sempre que não existe dúvida (portanto, também nos casos em que a expressão de uma dúvida fosse incompreensível)⁴¹.

³⁵ WITTGENSTEIN, L. *Da certeza*. § 12.

³⁶ Traduzo no texto *knowledge* por conhecimento, mas cabe notar a referência ao conceito de ‘saber’

³⁷ STROLL, A. *Moore and Wittgenstein on Certainty*. New York: Oxford University Press, 1994. p. 22.

³⁸ *Id.*

³⁹ RHEES, R. *Wittgenstein’s On Certainty: there – like our life*. p. 68.

⁴⁰ *Id.*

⁴¹ WITTGENSTEIN, L. *Da certeza*. § 21.

É possível perceber, neste trecho, a introdução da noção de ‘oportunidade adequada’, a qual remete à sua idéia, mencionada aqui anteriormente e mais desenvolvida em textos posteriores dele, de que o sentido de uma proposição é o seu uso em um determinado contexto. Tal noção parece indicar uma nova concepção de absurdo, a saber: a de absurdo situacional. Esta, por sua vez, difere da concepção tractatiana, na qual absurdos são o resultado de uma má compreensão da estrutura essencial da linguagem, ou seja, são o resultado de se tentar dizer o que só pode ser mostrado. Além disso, ao vincular o sentido de uma proposição ao seu uso está negando a existência de uma essência da linguagem.

No § 21, ao mesmo tempo em que sintetiza o que foi até aqui explicado, Wittgenstein faz referência a uma impossibilidade lógica. Tal menção parece aludir a uma noção formal de absurdo, como a do período tractatiano. Em suas palavras:

As idéias de Moore levam realmente ao seguinte: o conceito <<saber>> é análogo aos conceitos <<crer>>, <<supor>>, <<duvidar>>, <<estar convencido>>, pelo facto de a declaração <<Eu sei...>> não poder ser um erro. E se isto é assim, então pode inferir-se dessa expressão a verdade de uma afirmação. Nesse ponto, a forma <<Eu pensava que sabia>> não está a ser considerada. – Mas se esta última é inadmissível, um erro na *afirmação* tem de ser logicamente impossível também. E qualquer pessoa que conheça o jogo de linguagem tem de compreender isso; a declaração, proferida por alguém fidedigno, de que *sabe*, não acrescenta nada⁴².

Como foi visto, para Wittgenstein, ‘Eu sei’ não garante que saibamos, mas apenas que acreditamos saber. É o que ele chama de ‘certeza subjetiva’, ou seja, uma sensação de convicção inabalável. De modo que “Moore não *sabe* aquilo que afirma que sabe, contudo é ponto assente para ele assim como é para mim”⁴³. Pode-se perceber, então, que “Não interessa do ponto de vista filosófico se Moore sabe isto ou aquilo, mas interessa que possa saber e como”⁴⁴. Por sua vez, a ‘certeza objetiva’, para Wittgenstein, não pertence, contudo, à categoria do conhecimento. Refere-se antes ao caráter inconcebível da dúvida ou da possibilidade do erro. Mas por que essa seria uma impossibilidade lógica?

No § 136, é possível perceber mais indícios dessa interpretação: “Quando Moore diz que *sabe* isto e aquilo, está realmente a enumerar um número de proposições empíricas que afirmamos sem verificação especial; proposições que têm um papel lógico especial no sistema de nossas proposições empíricas”⁴⁵. Tais proposições são denominadas proposições fulcrais uma vez que constituem a armação de nossos pensamentos, de nossos jogos de linguagem. Apesar de sua negação fazer sentido, sendo, por isso, entendidas como empíricas, sua falsidade é restrita. Isso ocorre por elas serem a sustentação de nosso sistema de crenças. Dependemos, assim, de sua pronta aceitação, uma vez que duvidar delas corromperia tal sistema. Nesse sentido, elas são nosso pano de fundo de certezas.

Pode-se dizer, portanto, que tal referência, no § 21, à impossibilidade lógica de uma afirmação não implica um retorno às concepções tractatianas. Faz menção, na verdade, à posição chave que tais proposições ocupam em nossos jogos de linguagem. Não podem ser refutadas, nem postas em dúvida. Algo parecido foi dito por Aristóteles no que diz respeito ao princípio de não contradição. Ele afirma que este não pode ser provado, até porque “exigir

⁴² WITTGENSTEIN, L. **Da certeza**. § 10.

⁴³ WITTGENSTEIN, L. **Da certeza**. § 151.

⁴⁴ WITTGENSTEIN, L. **Da certeza**. § 84.

⁴⁵ WITTGENSTEIN, L. **Da certeza**. § 136.

prova de tudo é exigir um retrocesso que não pode deixar de ser infinito”⁴⁶. Basta, contudo, que um adversário que queira refutar o princípio de não-contradição diga algo, para que já o tenha pressuposto. Isso ocorre uma vez que dizendo algo, pressupõe que esteja dizendo algo com sentido (não só para si mesmo, como para a outra pessoa). Em um caso parecido Stroll afirma que “não é implausível sugerir que a prática deles contradiz a própria tese que eles estavam propondo”⁴⁷. Tais colocações de Aristóteles podem ser observadas na seguinte passagem da *Metafísica*:

Podemos (...) demonstrar negativamente que essa opinião é impossível, contanto que o nosso adversário afirme alguma coisa; e, se êle nada disser, é absurdo querer dar razão de nosso modo de pensar a quem não dá razão de nada, por não ter nenhuma. Pois um tal homem, dêsse ponto de vista, não seria mais que um vegetal. (...) O ponto de partida de todos os argumentos desta espécie (...) é pretender que nosso adversário (...) diga algo que tenha significação tanto para êle próprio como para um outro; pois isso é necessário, se realmente êle quer dizer algo (*sic*)⁴⁸.

Nesse contexto, segundo Wittgenstein, sempre que verificamos algo, “já partimos de pressupostos que não são verificados”⁴⁹. De modo que “quem não tiver certeza de facto nenhum, também não pode ter a certeza do significado das suas palavras”⁵⁰.

Percebe-se, assim, mais claramente, que não se pode duvidar de tudo, porque a própria dúvida pressupõe um pano de fundo de certezas. Frases como: “Não posso duvidar desta proposição sem abandonar todos os juízos”⁵¹, ilustram a dificuldade mencionada. Compreender uma frase é, nesse sentido, compreender uma língua, ou seja, um jogo de linguagem. A aprendizagem é, então, a iniciação em certas práticas, um saber como. Esta também se dá sempre com algo sendo ensinado como alicerce. Nota-se, por exemplo, que “a criança aprende, acreditando no adulto. A dúvida vem *depois* da crença”⁵². Ou seja, só depois que já há um sistema de crenças estruturado. De tal modo que “quando começamos a *acreditar* em qualquer coisa, aquilo em que acreditamos não é uma proposição isolada, é um sistema completo de proposições”⁵³. É, por isso, que “a fim de fazer um erro, um homem já tem de julgar de acordo com a humanidade”⁵⁴. E ainda: “Não são os axiomas isolados que me parecem óbvios, é um sistema em que as conclusões e as premissas se apóiam *mutuamente*”⁵⁵.

Diante disso, a expressão “<<Estamos muito certos disso>> não significa que toda e qualquer pessoa esteja certa disso, mas que pertencemos a uma comunidade que está ligada pela ciência e pela educação”⁵⁶. Embora tal pano de fundo seja relativamente permanente e as proposições fulcrais sejam, em geral, óbvias demais para serem informativas, pode acontecer de uma determinada proposição fulcral demonstrar-se errada. Isso pode ou não levar ao colapso uma rede de crenças, dependendo, por exemplo, se ela for uma descoberta ou uma

⁴⁶ ROSS, D. A metafísica de Aristóteles. In: ARISTÓTELES. *Metafísica*. Trad. Leonel Vallandro. Porto Alegre: Editora Globo, 1969. p. 7.

⁴⁷ STROLL, A. *Moore and Wittgenstein on Certainty*. p. 21.

⁴⁸ ARISTÓTELES. *Metafísica*. Trad. Leonel Vallandro. Porto Alegre: Editora Globo, 1969. 1006 a 10-25.

⁴⁹ WITTGENSTEIN, L. *Da certeza*. § 163.

⁵⁰ WITTGENSTEIN, L. *Da certeza*. § 114.

⁵¹ WITTGENSTEIN, L. *Da certeza*. § 494.

⁵² WITTGENSTEIN, L. *Da certeza*. § 160.

⁵³ WITTGENSTEIN, L. *Da certeza*. § 141.

⁵⁴ WITTGENSTEIN, L. *Da certeza*. § 156.

⁵⁵ WITTGENSTEIN, L. *Da certeza*. § 142.

⁵⁶ WITTGENSTEIN, L. *Da certeza*. § 298.

alteração de processos naturais. No primeiro caso, ela poderia ser uma alteração cuja relevância fosse restrita a uma disciplina. Já no segundo, poderia comprometer completamente a aplicabilidade de pretensões de conhecimento que envolvessem a regularidade natural. Embora eventos inauditos não falseiem afirmações anteriores, arruinam conceitos, os quais podem ser particulares ou comprometer todo o sistema de crenças, alterando, assim, a nossa visão das coisas.

Apesar de podermos nos equivocar quanto a uma determinada proposição fulcral, a pressuposição de certeza de proposições fulcrais é indispensável como alicerce para uma argumentação racional. Segundo Wittgenstein, “poderia dizer-se, simplesmente, <<Disparates!>> a alguém que pretendesse fazer objeções às proposições indubitáveis. Isto é, não lhe responder, mas repreendê-lo”⁵⁷. O que corrobora sua idéia de que não podemos duvidar de tais proposições, mas apenas “perguntar (...) se faz sentido duvidar” delas⁵⁸. Nesse contexto, como fica a questão filosófica e a dúvida cética? Isso é o que será discutido na próxima parte deste texto.

Metafísica: filosofia mal orientada

“É tão difícil encontrar o *começo*. Ou melhor, é difícil começar no começo. E não tentar recuar mais”⁵⁹. Com essas palavras, Wittgenstein sintetiza o que caracteriza o espírito filosófico, a saber: a eterna busca por uma origem. Seja ela entendida como primeira causa, como primeiro princípio, ou mesmo, primeira certeza. Para Aristóteles, exigir prova de tudo é exigir uma regressão ao infinito. E “uma exigência que pela própria natureza do caso não pode ser satisfeita, não se deve fazer”⁶⁰. Nesse sentido, “a filosofia exige (...) uma resignação, só que do sentimento, não do entendimento”⁶¹. Para Wittgenstein, “o trabalho na filosofia é (...) //um// trabalho sobre nós mesmos. Sobre a nossa própria concepção. Sobre o modo como vemos as coisas. (E o que delas exigimos)”⁶², pois, segundo ele, “a dificuldade é compreender a falta de fundamento de nossas convicções”⁶³. Afinal, como foi visto, as proposições fulcrais que alicerçam nosso pensamento não podem ser provadas.

Isso está ligado também ao fato de não se poder sair de todos os jogos de linguagem. Estamos sempre inseridos em algum jogo, sempre pressupondo um pano de fundo de certezas. Heidegger, nesse sentido, irá afirmar algo parecido sobre a possibilidade de provar a existência de um mundo fora de nós. Para ele, é absurdo que ainda se espere e procure por tal prova, já que tal questionamento pressupõe “de início, um sujeito *desmundanizado* ou inseguro acerca de seu mundo que, antes de tudo, precisa assegurar-se de um mundo”⁶⁴. Heidegger considera, assim, esse um “problema impossível”, pois “o próprio ente (...) recusa por assim dizer esse modo de colocar a questão”⁶⁵, já que o *Dasein* já é, enquanto tal (*Da-sein*), um ser-no-mundo (esta característica faz parte de sua constituição), ou seja, “já é, em seu ser, aquilo que as provas posteriores supõem como o que se deve necessariamente demonstrar”⁶⁶.

Wittgenstein afirma, então, que a não razoabilidade da dúvida filosófica se dá justamente por se caracterizar por um movimento descontextualizador. Isso significa que,

⁵⁷ WITTGENSTEIN, L. **Da certeza**. § 495.

⁵⁸ WITTGENSTEIN, L. **Da certeza**. § 2.

⁵⁹ WITTGENSTEIN, L. **Da certeza**. § 471.

⁶⁰ ROSS, D. A metafísica de Aristóteles. p. 7.

⁶¹ WITTGENSTEIN, L. Filosofia. p. 5.

⁶² WITTGENSTEIN, L. Filosofia. p. 6.

⁶³ WITTGENSTEIN, L. **Da certeza**. § 166.

⁶⁴ HEIDEGGER, M. **Ser e Tempo**. Trad. Márcia Sá Cavalcante. Petrópolis: Vozes; Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2006. p. 275.

⁶⁵ *Id.*

⁶⁶ *Id.* p. 274.

embora se possa pensar em uma situação em que a afirmação ‘Sei que um homem doente está aqui deitado’ faça sentido, os “filósofos querem usar a palavra ‘saber’ de maneiras completamente diferentes dos seus usos fora da filosofia”⁶⁷. Um homem razoável (não filósofo) aceita o ‘eu sei que’ diante de uma justificação (por exemplo: ‘eu sei que uma mão está aqui, porque é para a minha mão que estou olhando’). Já um idealista irá argumentar que se refere a um outro tipo de dúvida (que seria a filosófica), como se houvesse uma dúvida por trás dessa dúvida. Para Wittgenstein, isso é uma ilusão. Em *Sobre a certeza*, ele diz:

<<Eu sei que aquilo é uma árvore>>. Porque é que eu tenho a impressão de não compreender a frase? Apesar de ser uma frase extremamente simples, do tipo vulgar. É como se não pudesse concentrar o meu espírito sobre nenhum significado. Simplesmente, porque não procuro o centro no âmbito onde está o significado. Logo que pense numa utilização normal da frase em vez de uma filosófica, o significado torna-se claro e vulgar⁶⁸.

Os filósofos idealistas agem, assim, como se as palavras tivessem um significado independentemente dos contextos em que elas são usadas. Para ele, uma “análise das condições concretas do significado”⁶⁹ mostrará que o sentido de uma palavra não é independente de tais contextos, mas está relacionado ao seu uso. Podendo, dessa forma, uma palavra assumir diferentes significados em diferentes contextos não porque eles (os significados) de alguma forma pertencem à palavra, mas porque os contextos são uma determinação necessária para o significado, embora não o determinem.

A célebre pergunta filosófica ‘O que é X?’ não deve, assim, estar vinculada à busca por uma essência exterior à linguagem. Wittgenstein acredita que isso é entender mal o funcionamento da linguagem. Dessa forma, a “resposta à pergunta socrática ‘O que é X?’ não nos é dada pelo exame de essências (objetos mentais ou abstratos), mas pelo esclarecimento do significado de ‘X’, que é fornecido pelas regras para o uso de ‘X’ ”⁷⁰. Sendo os usos uma determinação necessária para o sentido, não há mais a concepção da existência de uma essência independente de contextos. A metafísica é, assim, entendida, por Wittgenstein, como “filosofia mal orientada”, “porque proposições não factuais são compreendidas como enunciados de fatos supra-empíricos”⁷¹.

A associação dos problemas filosóficos a uma má compreensão do funcionamento da linguagem permanece, então, ao longo de seu pensamento. Ao estabelecer os limites do sentido, a filosofia separa as combinações dotadas de sentido das absurdas. Cabe ressaltar, contudo, que, no *Tractatus*, Wittgenstein coloca que uma verdade absoluta “não tem lugar na lógica de um discurso que, estruturado como contingente, só é aplicável a campos de conhecimento nos quais o que se revela como verdadeiro também poderia revelar-se como falso, e vice-versa. Entretanto a verdade filosófica está aquém ou além da contingência; e, por isso, nunca ao lado das verdades empíricas da ciência e do discurso factual da linguagem corrente”⁷². Em uma fase mais madura, abandonando a idéia da existência de uma estrutura essencial da linguagem, as proposições filosóficas não estão mais vinculadas a uma metafísica inefável. Esta dá lugar a uma atividade terapêutica de dissolução de confusões conceituais. Fica ainda mais clara, então, a referência de Wittgenstein a Tolstói: “o que torna o objeto

⁶⁷ RHEES, R. *Wittgenstein's On Certainty: there – like our life*. p. 67.

⁶⁸ WITTGENSTEIN, L. *Da certeza*. § 347.

⁶⁹ BENOIST, J. Le sens, le non-sens et les limites de la philosophie. In: *Critique*. Vol. 53. Nº 606. Paris: Critique, 1997. p. 812.

⁷⁰ GLOCK, H-J. *Id.* p. 195.

⁷¹ GLOCK, H-J. *Id.* p. 322.

⁷² FAUSTINO, S. *A experiência indizível*. São Paulo: Editora UNESP, 2006. p. 210.

difícilmente compreensível (...) é antes o contraste entre a compreensão do objeto e aquilo que a maior parte das pessoas *quer* ver. (...) O que há de ultrapassar não é uma dificuldade do entendimento, mas da vontade”⁷³.

Desse modo, enquanto no *Tractatus* as proposições filosóficas são absurdas por tentarem dizer o que só pode ser mostrado, em uma fase mais madura elas são consideradas sem sentido por se instituírem em um movimento descontextualizador. Assim, apesar de se basearem em razões distintas em cada fase, a filosofia permanece tendo por tarefa uma elucidação do funcionamento da linguagem. Sendo a linguagem má compreendida, dá-se margem a pseudo-problemas. Ou seja, problemas que não surgiriam caso se tivesse uma compreensão adequada da linguagem. A tarefa da filosofia não é, portanto, “tentar responder a essas questões, mas sim mostrar que elas ultrapassam os limites do sentido”⁷⁴. Pode-se ler no *Tractatus*: “Percebe-se a solução do problema da vida no desaparecimento desse problema. (Não é por essa razão que as pessoas para as quais, após longas dúvidas, o sentido da vida se fez claro não se tornaram capazes de dizer em que consiste esse sentido?)”⁷⁵. De modo que “Para um resposta que não se pode formular, também pouco se pode formular a questão. O *enigma* não existe. Se uma questão se pode em geral levantar, a ela também se *pode* responder”⁷⁶.

Considerações finais

Pode-se dizer, portanto, que Wittgenstein recusa a tradição que concebe a filosofia como disciplina cognitiva. Defendendo, em um primeiro momento, a autonomia do sentido vinculada à idéia de que a linguagem é um sistema abstrato regido por regras da sintaxe lógica, vai abrir mão dessa concepção em nome do reconhecimento da importância do contexto de uso para entender o sentido de uma palavra. Postura essa decorrente de uma radicalização de seu contextualismo do *Tractatus*. O sentido, então, estará sempre vinculado a um jogo de linguagem, que é uma forma de vida.

Dada a impossibilidade de sair de todos os jogos de linguagem, a dúvida filosófica, na fase mais madura de Wittgenstein, não faz sentido por estar relacionada a um movimento descontextualizador. Segundo ele, “comportamento de dúvida e de não dúvida. Só há o primeiro se houver o segundo”⁷⁷. Foi visto, então, que as denominadas proposições fulcrais funcionam como um pano de fundo necessário para o sentido. Só podendo, portanto, compreendermos “sinais de dúvida como tais, (...) [caso eles sejam dados] em certos casos e não (...) noutros”⁷⁸. Diante disso, pode-se entender o que Wittgenstein diz no § 21 de *Sobre a certeza* sem retornar à concepção do *Tractatus* da existência de uma estrutura essencial da linguagem.

Referências Bibliográficas

- 1 – ARISTÓTELES. *De Interpretatione*. In: AGIONI, L. (seleção, tradução e comentários) *Ontologia e predicação em Aristóteles*. Campinas: Unicamp, 2000.
- 2 - ARISTÓTELES. *Metafísica*. Trad. Leonel Vallandro. Porto Alegre: Editora Globo, 1969.
- 3 - BENOIST, J. Le sens, le non-sens et les limites de la philosophie. In: **Critique**. Vol. 53. Nº 606. Paris: Critique, 1997. p. 811-836.

⁷³ TOLSTÓI, L. *Apud*. WITTGENSTEIN, L. *Filosofia*. p. 5.

⁷⁴ GLOCK, H-J. *Id.* p. 166.

⁷⁵ WITTGENSTEIN, L. *Tractatus Logico-Philosophicus*. prop. 6.521.

⁷⁶ WITTGENSTEIN, L. *Tractatus Logico-Philosophicus*. prop. 6.5.

⁷⁷ WITTGENSTEIN, L. **Da certeza**. § 354.

⁷⁸ WITTGENSTEIN, L. **Da certeza**. § 154.

- 4 - FAUSTINO, S. **A experiência indizível**. São Paulo: Editora UNESP, 2006.
- 5 - GLOCK, H-J. **Dicionário Wittgenstein**. Tradução Helena Martins. Revisão técnica: Luiz Carlos Pereira. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.
- 6 - HEIDEGGER, M. **Ser e Tempo**. Trad. Márcia Sá Cavalcante. Petrópolis: Vozes; Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2006. p. 275.
- 7 - MARCONDES, D. **Iniciação à História da filosofia: dos pré-socráticos à Wittgenstein**. 8ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.
- 8 - MOORE, G. *Moore*. Trad. Luiz João Baraúna e Pablo Rubén Mariconda. Coleção Os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1980.
- 9 - RHEES, R. **Wittgenstein's On Certainty: there – like our life**. Edited by D. Z. Phillips. 7xford: Blackwell Publishing, 2005.
- 10 – ROSS, D. A metafísica de Aristóteles. In: ARISTÓTELES. **Metafísica**. Trad. Leonel Vallandro. Porto Alegre: Editora Globo, 1969.
- 11 - SANTOS, L. A essência da proposição e a essência do mundo. In: WITTGENSTEIN, L. **Tractatus Logico-Philosophicus**. Trad. Luiz Henrique Lopes dos Santos. 3ª Ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.
- 12 - STROLL, A. **Moore and Wittgenstein on Certainty**. New York: Oxford University Press, 1994.
- 13 - WITTGENSTEIN, L. Filosofia. Trad. António Zilhão. In: **Manuscrito**. Vol. XVIII. Nº 2. São Paulo: Unicamp, 1995.
- 14 - _____. **Investigações Filosóficas**. Trad. José Carlos Bruni. 3ª ed. São Paulo: Abril Cultural, 1984.
- 15 - _____. **Philosophical Investigations**. Trad. G. E. M. Anscombe. Oxford: Blackwell, 2001.
- 16 - _____. **Da certeza**. Trad. Maria Elisa Costa. Lisboa: Edições 70, 1969.
- 17 - _____. **Tractatus Logico-Philosophicus**. Trad. Luiz Henrique Lopes dos Santos. 3ª Ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.